

# CNI prevê recessão e retomada da inflação no último trimestre

por Vera Saavedra Durão  
do Rio

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), trabalha com um cenário pouco animado para o último trimestre do ano. Em seu informe conjuntural de setembro, a entidade prognostica para os próximos meses o retorno do quadro recessivo e a reaceleração da inflação, caso o governo insista em combater a crise econômica somente com uma política monetária rígida, ou seja, com a alta dos juros.

A expectativa de curto prazo da CNI é de uma performance fraca da produção industrial em 1991, embora positiva, em torno dos 0,5%, e de um final de ano com inflação acelerada e risco não afastado de um choque heterodoxo, caso os pilotos atuais da economia não atrelem a seus instrumentos de voo um ajuste fiscal.

De acordo com as análises dos economistas da CNI, a experiência brasileira recente demonstra que "a restrição monetária não é suficiente para reverter a tendência de aceleração da inflação". Também asseguram os especialistas da entidade nacional da indústria que "o fim da indexação legal não garante que a eficácia desse instrumento aumente, como sugere a trajetória inflacionária do segundo semestre do ano passado". Naturalmente, como discorrem na publicação, os economistas da CNI atribuem ao desaquecimento da demanda uma contenção da inflação pós-Collor II, mas dados os efeitos dessa política sobre

a oferta de produtos à população, avaliam que ela não pode ser permanente.

A tendência de retomada da produção industrial começa a se reverter agora em setembro, na projeção do informe conjuntural, dadas as medidas adotadas na área de política monetária e da frustração das expectativas do comércio e da indústria de que ocorreria um aumento de consumo com a liberação dos cruzados novos.

Aliado a esse quadro recessivo, há vários fatores nomeados pelos economistas da confederação, capazes de alimentar a escalada inflacionária a partir de outubro: a evolução dos aluguéis; o reajuste do salário mínimo, que tem efeito cascata sobre os serviços em geral; a demanda de bens-salário numa conjuntura de oferta em queda; a recuperação das tarifas públicas já defasadas; e pressão dos produtos agrícolas, movimentos para aumentos salariais em face da elevação da inflação.

No entender da CNI, a diminuição das expectativas de um novo choque no contexto do entendimento nacional poderá retornar, pois, "apesar da evidente ineficácia e do aumento do grau de desorganização da economia associados a cada congelamento, não se pode necessariamente excluí-los definitivamente do leque de opções de política de preços". Isso porque o informe da CNI sinaliza que os empresários temem que o governo mantenha a rigidez da política monetária por não querer ousar ir fundo na reforma fiscal.

## TARIFAS PÚBLICAS — 1991 Dispersão em relação ao INPC

	Jan/91	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago *
Energia Elétrica	- 31,14	- 5,88	- 15,80	- 19,82	- 24,84	- 25,15	- 26,10	- 28,99
Gás de Buião	- 9,30	- 16,03	- 3,80	- 1,16	- 3,03	- 0,82	- 2,95	- 4,36
Gasolina	- 21,01	- 3,52	- 13,72	- 17,87	- 21,09	- 23,77	- 25,23	- 26,44
Telefone	- 43,10	- 24,63	- 32,07	- 35,31	- 39,36	- 42,27	- 47,22	- 51,99
Ferro, Aço e Deriv. (IPA-OB)	- 6,69	- 16,56	- 21,88	- 25,71	- 26,52	- 24,54	- 22,94	- 22,14

\* Devido a greve do IBGE para o mês de agosto foram consideradas as variações percentuais do IPC-FIPE, encadeando com a série histórica do INPC-IBGE. O item Ferro, Aço e Derivados é deflacionado pelo IPA-OB/FGV.

Fontes: IBGE, FIPE e FGV.  
Elaboração: DEC/CNI.